



UCI - CONTROLE INTERNO DE GUAMIRANGA

MUNICÍPIO DE GUAMIRANGA

RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO

Exercício de 2015

I.N. nº. 114/2016 – Modelo 02

1. Normatização do sistema e Histórico Legal

O sistema de Controle Interno no município de GUAMIRANGA foi instituído depois da participação dos servidores em diversos cursos, principalmente naqueles realizados pelo Tribunal de Contas.

- ✓ Lei nº. 354/2007, mês de Dezembro de 2007. – Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno no Município de Guamiranga, nos termos do artigo 31 da Constituição Federal e artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000.
 - Art. 3º - Integram o Sistema de Controle Interno do Município todos os órgãos e agentes públicos da administração direta, entidades da administração indireta e do Poder Legislativo Municipal.
 - Art. 4º - A Unidade de Controle Interno se constituiu em unidade administrativa, com independência profissional para o desempenho de suas atribuições de controle em todos os órgãos e entidades da administração municipal e do Poder Legislativo de Guamiranga.
- ✓ Decreto nº. 106/2009 de 06/04/2009 e Decreto nº. 305/2014 de 13/01/2014 – Nomeia Coordenador da Unidade de Controle Interno

Não foram realizadas outras Leis ou Decretos que alterassem significativamente as ações do Controle Interno.

2. Qualificação do responsável pelo Controle Interno

CONTROLADOR	
Nome: André Luís Gonçalves dos Santos	
CPF:	RG:
Endereço: Rua Ernesto Alves, 41	
Bairro: Centro	CEP: 84.435-000
Cidade: Guamiranga	Estado: Paraná
Telefone: 42 3438-1148 e 9118-7476	e-mail: andre_luisgs@hotmail.com
Período de responsabilidade: Data do Início: 01/01/2015 Data do Fim: 31/12/2015	
Servidor ocupante de cargo efetivo? (X) SIM () NÃO	
Nome do cargo ocupado: Secretário Escolar	
Ato de nomeação: Decreto nº. 657/2006	
Data da nomeação no cargo: 14/08/2006	
Data da realização do concurso: Concurso Público 01/2005 em 18/12/2005.	



UCI - CONTROLE INTERNO DE GUARIRANGA

3. Relação de Servidores

CONTROLADOR: **André Luís Gonçalves dos Santos**, com formação em Ciências Econômicas, pós-graduação em MPA – Administração Pública e Gerência de Cidades, efetivo, admitido na data de 14 de agosto de 2006 e lotado na Unidade de Controle Interno do Município na data de 08/01/2014, nomeado pelo Decreto nº. 305/2014 de 13/01/2014.

4 – AÇÕES DESENVOLVIDAS:

4.1 – Auditorias Operacionais e Inspeções

Auditorias operacionais em algumas secretarias municipais por meio de acompanhamentos e questões pertinentes a cada trabalho executado contemplando as verificações mínimas para o bom andamento das atividades de acordo com o que determinam as Leis.

1. **Secretaria de Educação:** Janeiro a Dezembro – As verificações consistiram em: verificações de Gestão, verificações operacionais e contábeis da Secretaria por meio de questões pertinentes ao cotidiano operacional, verificação sobre a aplicação do mínimo exigido por Lei, 25%; verificação sobre as despesas do Fundeb com a aplicação dos 60% do magistério, Merenda escolar, entre outros. No geral, REGULAR.
2. **Secretaria de Saúde:** Janeiro a Dezembro – As verificações consistiram em: verificações de Gestão, verificações operacionais e contábeis da Secretaria por meio de questões pertinentes ao cotidiano operacional, acompanhamento das despesas com saúde verificando a aplicação do mínimo exigido por Lei de 15%, acompanhamento das reuniões do Conselho Municipal de Saúde entre outros. No geral REGULAR
3. **Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente:** Janeiro a Dezembro – As verificações consistiram em: verificações de Gestão, verificações operacionais e contábeis da Secretaria por meio de questões pertinentes ao cotidiano operacional, acompanhamentos e esclarecimento de dúvidas. No geral REGULAR
4. **Secretaria de Finanças – Tributação:** Janeiro a Dezembro – As verificações consistiram em: verificações com relação à cobrança das Dividas Ativas; tributos; cadastros e emissão de Alvarás; efetivação do Código Tributário Municipal entre. No geral REGULAR
5. **Secretaria de Administração – Recursos Humanos:** Janeiro a Dezembro – Foram analisados as Admissões e exonerações; contribuições previdenciárias; remuneração de servidores efetivos e comissionados; pagamentos e gratificações; prestações de contas ao TCE-PR sobre admissões e aposentadorias entre outros. No geral, REGULAR;
6. **Secretaria de Administração – Compras e Licitações:** Janeiro a Dezembro – Foram realizadas ao longo de 2015, inspeção de amostragem em Processos de Licitação a qual foram analisados as fases dos processos e o que determina as Leis. Onde as deficiências encontradas foram comunicados e orientados aos responsáveis para correção. No geral, REGULAR.
7. **Secretaria de Administração:** Janeiro a Dezembro – Foram realizadas algumas verificações por meio de questionários para avaliar a condução dos trabalhos, onde observou que o setor esta cumprindo com suas obrigações, já nas questões pendentes, foram emitidas recomendações a fim de auxiliar na condução dos trabalhos. No geral, REGULAR.
8. **Secretaria de Promoção Social:** Janeiro a Dezembro – As análises consistiram em: verificações de Gestão, verificações operacionais e assistenciais da Secretaria por meio de questões pertinentes ao cotidiano operacional, visando à identificação dos pontos que merecem maior atenção por parte da Secretaria, além de auxilio e esclarecimentos. No geral, REGULAR.



UCI - CONTROLE INTERNO DE GUAMIRANGA

9. **Secretaria de Obras e Serviços Urbanos:** Janeiro a Dezembro – Foram realizadas algumas verificações por meio de questionários para avaliar a condução dos trabalhos, onde observou que o setor está cumprindo com boa parte das obrigações, já nas questões pendentes ou não atendidas, foram emitidas recomendações a fim de auxiliar na condução dos trabalhos. No geral, REGULAR.
10. **Contabilidade e Finanças:** Janeiro a Dezembro – Acompanhamento dos trabalhos do setor, arquivamento de documentos, publicações de atos exigidos por Lei, além dos acompanhamentos sobre a Situação Orçamentária e Financeira. No geral, REGULAR.

4.2 – Verificações, Controles e Trabalhos executados no ano de 2015.

- ✓ Fiscalização das pendências municipais com relação a órgãos federais e estaduais, bem como sempre alertando sobre as mesmas;
- ✓ Aperfeiçoamento e fiscalização da execução do controle de frota municipal, bem como observando as informações repassadas ao TCE orientando sobre as formas de controles mais eficientes;
- ✓ Acompanhamento e envio de informações sobre a cobrança de Dívidas Ativas por determinação do TCE-PR onde as que estavam pendentes foram quitadas integralmente;
- ✓ Fiscalização das entidades Clube de Mães de Guamiranga e da APAE (Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais), as quais receberam subvenções municipais, como também observando a prestação de contas das mesmas por meio do SIT – Sistema Integrado de Transferências do TCE-PR;
- ✓ Acompanhamento e lançamento de informações no SIT-TCE sobre os Convênios Estaduais, verificando e acompanhando as datas para fechamento dos mesmos no sistema;
- ✓ Acompanhamento e realização das Audiências Públicas da LDO, LOA, Metas Fiscais entre outros;
- ✓ Verificação de todos os adiantamentos concedidos para servidores municipais de acordo com a lei municipal nº. 219, de 11 de março de 2005 e Instrução Normativa nº. 01/2014;
- ✓ Acompanhamento e verificação dos lançamentos no Mural de Licitações do TCE-PR;
- ✓ Acompanhamento sobre o recebimento de bens patrimonial, lançamento de informações no programa do patrimônio e etiquetamento dos mesmos;
- ✓ Controle de veículos, cadastro, documentos e verificação de débitos da frota;
- ✓ Acompanhamento sobre controle de Férias e pagamentos do 1/3 para quem gozar das mesmas;
- ✓ Acompanhamento e controle de Publicações e arquivamento do Diário Oficial Eletrônico do Município bem como edição e publicação do mesmo;
- ✓ Controle de Publicações do RREO (Relatório Resumido da Execução Orçamentária), RGF (Relatório de Gestão Fiscal) e demais relatórios da Lei 4.320/64;
- ✓ Controle de Certidões Negativas de Débitos do Município, FUNPREV, Câmara Municipal e entidades as quais recebem subvenção evidenciando controle sobre prazos de validade;
- ✓ Visitas e acompanhamento dos trabalhos nas Secretarias e setores da Administração, prestando informações e orientações sobre temas e assuntos variados;
- ✓ Acompanhamento e verificação em sítios úteis sobre assuntos e notícias referentes ao Município como Tribunal de Contas do Paraná, Ministério da Fazenda, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Ministério da Saúde, Caixa Econômica Federal entre outros;
- ✓ Acompanhamento dos decretos, editais, portarias, publicações entre outros;
- ✓ Elaboração de prestação de contas de convênios federais e estaduais;
- ✓ Participação em cursos para aperfeiçoamento dos trabalhos;
- ✓ Acompanhamento do Portal da Transparência como determina a Instrução Normativa nº. 89/2013 e Lei nº. 131/2009



UCI - CONTROLE INTERNO DE GUAMIRANGA

- ✓ Entre outros.

4.3 – Fiscalização mensal de dados contábeis e outros:

- ✓ Cálculo do PASEP mensal;
- ✓ Processos Licitatórios – amostragem e acompanhamento de Informações no Mural de Licitações;
- ✓ Nível da dívida fundada interna;
- ✓ Confronto da receita e despesas previstas x realizada;
- ✓ Fiscalização dos recursos aplicados na área de Saúde, observando índices;
- ✓ Fiscalização dos recursos aplicados na Educação e Fundeb, observando os índices;
- ✓ Verificação e fiscalização sobre a utilização dos recursos da Merenda escolar, bem como a efetividade dos gastos do mínimo de 30% com a agricultura familiar;
- ✓ Controle da despesa com pessoal;
- ✓ Acompanhamentos do Portal da Transparência;
- ✓ Alterações orçamentárias e as devidas publicações, observando o máximo de 02% sobre a LOA;
- ✓ Recursos repassados a Câmara Municipal de Guamiranga observando o valor informado no PPA e o fixado na LOA, e observando o percentual máximo de repasses de acordo com o definido na Lei Constitucional;
- ✓ Observação da despesa empenhada, liquidada e paga;
- ✓ Balanços Financeiros, Orçamentário e Patrimonial;
- ✓ Fiscalizações das metas de arrecadação;
- ✓ Despesas empenhadas por elemento;
- ✓ Controles de contratos realizados;
- ✓ Informações ao Executivo sobre a situação Orçamentária e Financeira do município, bem como informações administrativas;
- ✓ Orientação sobre a utilização de controles administrativos básicos em cada setor;
- ✓ Informações às Secretarias e setores sobre dúvidas levantadas;
- ✓ Orientação aos responsáveis sobre a fiscalização de veículos da frota municipal observando as condições de uso, manutenção cotidiana, documentação, seguros e equipamentos obrigatórios;
- ✓ Edição e publicação do Diário Oficial Eletrônico do Município;
- ✓ Entre outros.

05 - Síntese das Avaliações

1	Planos e Políticas de Governo	
1.1	Cumprimento das Metas contidas no Plano Plurianual	Analisando os Planos e Políticas de Governo, estabelecidas no Plano Plurianual, para o exercício financeiro, verificamos a meta inicial conforme dados desta planilha um montante de R\$ 19.883.000,00 houve suplementações e cancelamentos restando um montante Autorizado de R\$ 26.858.307,90 e sendo empenhado no presente exercício financeiro o montante de R\$ 20.766.884,35 restando um saldo final de R\$ 8.079.791,14, caracterizando que as Metas contidas no Plano Plurianual, foram executadas REGULARMENTE.
1.2	Eficácia da aplicação das políticas de governo	Verificou-se que no exercício financeiro de 2015, as Metas estabelecidas nos Planos Políticos de Governo contidas no Plano Plurianual, foram executadas com regularidade e que pelos índices de aplicação a EFICÁCIA ficou demonstrada. Apesar da dificuldade de verificação da Eficácia, que deveria ser medida em cada camada social onde os recursos são aplicados, e em todos os setores, pelos índices apresentados, meu parecer é pela REGULARIDADE.
1.3	Estimativas da receita em bases conservadoras	Analisando a projeção da receita nos 4 (quatro) exercícios que compõe o Plano Plurianual, constatou-se que a base utilizada está dentro dos limites de expansão normais do município, sendo que a alíquota das estimativas de um exercício para outro foi em média de 5,00% equivalente á projeção da inflação dos períodos. Por isso meu parecer é pela REGULARIDADE.

2	Adequação da LOA ao PPA e à LDO	
2.1	Diretrizes contidas na LDO	Observou-se que as Diretrizes contidas na LDO, estão adequadas as Metas contidas no PPA, assim o planejamento dos Planos e Políticas de Governo foi legalmente executado. Esta Controladoria não detectou no exercício de 2015 nenhuma irregularidade visível. Por isso sou pela REGULARIDADE da execução das Diretrizes contidas na LDO.
2.2	Ações e programas do PPA previstos para o período	REGULAR: Analisando os resultados, verificou-se que as Ações e Programas previstos para o período no PPA, foram executados, pois o % percentual alcançado foi de 79,08%, caracterizando REGULARIDADE na execução. RREO, Anexo II a) Dotação Inicial: R\$ 19.883.000,00 b) Dotação Atualizada: R\$ 26.858.307,90 c) Despesas Liquidadas: R\$ 18.778.516,76 d) % (c/b): 69,92%
3	Execução Orçamentária	
3.1	Realização da Receita e renúncia fiscal	Pelos resultados apurados verificou-se que a municipalidade, no exercício financeiro de 2015, atingiu o índice de Realização da Receita em relação à previsão inicial foi de 104%, o que demonstra REGULARIDADE. Quanto a Receita Tributária, a realização atingiu o índice de 96,32%, considerando adequado com a projeção inicial para o exercício, caracterizando REGULARIDADE. Comparando o montante arrecadado no valor de R\$ 20.700.888,37 com o montante liquidado no valor de R\$ 18.778.516,76, resta um saldo de R\$ 1.922.371,61, portanto REGULAR. No exercício financeiro de 2015 na LDO, estava previsto Renúncia Fiscal no valor de R\$ 0,00, e na execução ocorreu Renúncia no montante de R\$ 0,00 estando de acordo com a projeção, portanto REGULAR.
3.2	Medidas para cobrança da Dívida Ativa	REGULAR

3.3	Programação financeira e congelamento de dotações	As despesas para o exercício financeiro (Anexo XII), previa um montante atualizado de R\$ 26.858.307,90 e os valores empenhados somam R\$ 20.766.884,35. Restando na dotação o valor de R\$ 6.091.423,55, portanto a gestão orçamentária foi REGULAR.			
3.4	Publicidades do RREO	REGULAR 1º Bim: 30/03/2015, edição do DOEM nº. 483 2º Bim: 26/05/2015, edição do DOEM nº. 517 3º Bim: 29/07/2015, edição do DOEM nº. 549 4º Bim: 01/10/2015, edição do DOEM nº. 583 5º Bim: 18/11/2015, edição do DOEM nº. 604 6º Bim: 29/01/2016, edição do DOEM nº. 642 Disponível em: http://www.publicacoesmunicipais.com.br/eatos/#guamiranga			
4	Alterações Orçamentárias				
4.1	Créditos Suplementares	REGULAR			
		Recurso do crédito adicional	Tipo de alteração	Previsto	Realizado
		Anulação de Dotação	Acréscimo	R\$ 2.075.555,83	R\$ 2.075.555,83
		Anulação de Dotação	Anulação	R\$ 2.075.555,83	R\$ 2.075.555,83
		Excesso de Arrecadação	Acréscimo	R\$ 5.035.807,03	R\$ 5.035.807,03
		Operações de Crédito	Acréscimo	R\$ 1.050.000,00	R\$ 1.050.000,00
		Reserva de Contingência	Acréscimo	R\$ 179.580,00	R\$ 179.580,00
		Reserva de Contingência	Anulação	R\$ 179.580,00	R\$ 179.580,00
	Superávit Financeiro	Acréscimo	R\$ 884.003,64	R\$ 884.003,64	

4.2	Créditos Especiais	REGULAR					
		Recurso do crédito adicional	Tipo de alteração	Previsto	Realizado		
		Anulação de Dotação	Acréscimo	R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00		
		Anulação de Dotação	Anulação	R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00		
		Excesso de Arrecadação	Acréscimo	R\$ 667,95	R\$ 667,95		
		Superávit Financeiro	Acréscimo	R\$ 4.829,28	R\$ 4.829,28		
5	Subvenções Sociais Concedidas						
5.1	Propriedade na concessão – Interesse público	REGULAR: valores repassados em 2015					
		Entidade	CNPJ	Valor Repassado	Nº. do SIT/TCE		
		APAE	05.487.065/0001-27	R\$ 24.000,00	20.577		
		CLUBE DE MÃES	77.714.939/0001-42	R\$ 24.000,00	16.895		
5.2	Aplicação dos recursos – Prestações de Contas	REGULAR, os 02 (dois) convênios foram executados de acordo com o seu objeto, e as Prestações de Contas registradas dentro dos prazos estabelecidos na Resolução nº. 28/2011 do TCE.					
6	Convênios e Auxílios recebidos						
6.1	Aplicação dos recursos – Prestações de Contas	REGULAR					
CONVÊNIOS REGISTRADOS NO SIT-TCE							
SIT/TCE	Tipo Instrumento	Concedente	Objeto	Celebração	Fim da Vigência	Valor Total	Última PC (Bimestre) Registrada
15597	064/2013	Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento	Transferência de recursos para o co-financiamento das ações de	24/05/2013	03/06/2016	R\$ 34.106,50	01/2016 Em Execução

		Social - SEDS	implementação dos serviços tipificados como de proteção social especial de media complexidade, especificamente de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos PAEFI				
18169	656 119147808/2013	Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB	Implementação do Projeto de pavimentação poliédrica de estradas rurais com pedras irregulares, com ênfase à trafegabilidade com consequente preservação de recursos naturais.	30/09/2013	19/10/2016	R\$ 1.080.000,00	01/2016 Em Execução
18333	321/2013	Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - SEDS	Transferência de recursos para o financiamento na implementação de ações para o Programa Crescer em Família modalidade Acolhimento Institucional	29/10/2013	27/05/2016	R\$ 49.992,25	01/2016 Em Execução
18736	162/2013	SECRETARIA DE ESTADO DO Desenvolvimento Urbano - SEDU	Revitalização de Parque	22/10/2013	29/04/2016	R\$ 343.135,30	01/2016 Em Execução
19648	110/2014	FUNSAUDE	Reforma (acabamento e conclusão) das alas superiores e garagem inferior da Unidade Municipal de Saúde	17/01/2014	15/01/2017	R\$ 410,149,35	01/2016 Em Execução

7	Obras e Serviços de Engenharia em andamento				
7.1	Procedimento licitatório e contrato	REGULAR			
7.2	Entrega do objeto do contrato	REGULAR			
Descrição da Obra		Modalidade Licitação	Nº. Contrato	Aditivo	Previsão de Entrega
Contratação de empresa para execução de Serviço de Pavimentação Poliédrica através de Pedras Irregulares para 18.774,72m² de estradas rurais vicinais municipais, conforme Convênio nº 656/2013- SEAB-Pr		Tomada de Preço 01/2014	310/2014	02	12/04/2016
Contratação de empresa para execução de Serviço de Pavimentação Poliédrica através de Pedras Irregulares para 17.225,28m² de estradas rurais vicinais municipais, conforme Convênio nº 656/2013- SEAB-Pr		Tomada de Preço 01/2014	310/2014	02	12/04/2016
Barracão aberto com postes, estrutura de cobertura e terças em concreto armado e telhas em fibrocimento com espessura de 6mm. Pilares com dimensões mínimas de 25x40cm. Aterramento mínimo dos pilares de 2,50m. Altura útil dos 5 pilares inferiores de 10,20m e altura útil dos 2 pilares superiores de 7,50m. Cerca em alambrado com postes de concreto armado 10x10x350cm , muro inferior h=60cm em blocos de concreto e tela losangular com arame galvanizado bwg 14 e malha 2", esta estruturada com arames ovalados fixos aos postes de concreto.		Tomada de Preço nº 03/2014	99/2015	01	28/04/2016

Construção de um Parque Linear contendo: calçadas em paver com acessibilidade, playground, academia ao ar livre, pista de skate, paisagismo e arborização, em uma área total de intervenção de 2.300,00M².	Tomada de preço 04/2014	387/2014	02	31/12/2015
Acabamento e conclusão das Alas superiores e garagem inferior da Unidade Municipal de Saúde	Tomada de Preço 05/2014	402/2014	04	09/02/2016
Reforma/recuperação da Unidade de Básica de Saúde de Boa Vista através do Termo de Adesão Firmado nº 076/2014	Tomada de preço 07/2014	414/2014	03	23/01/2016
Reforma/recuperação da Unidade de Básica de Saúde de Barreiro através do Termo de Adesão Firmado nº 077/2014	Tomada de preço 07/2014	415/2014	03	06/06/2016
Reforma/recuperação da Unidade de Básica de Saúde de Guamirim, através do Termo de Adesão Firmado nº 075/2014	Tomada de preço 07/2014	416/2014	04	05/06/2016
Construção do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, conforme contrato de repasse CR 793194/2013 FNAS/Caixa – Processo 3683.1010206-55/2013	Tomada de Preço nº 11/2014	446/2014	01	05/01/2016
Conclusão de obra na Casa Lar, conforme Projeto do FIA-Crescer em Família e Desenvolvimento Social, monitorado pela SEDS, conforme deliberação 09 e 021/2011 – Convenio 321/2013	Tomada de Preço nº 12/2014	447/2014	02	03/03/2016
Construção de 63(sessenta e três) módulos sanitários – Modelo Funasa, para as famílias selecionadas por meio do CADUNICO do Município e enquadradas nas exigências do Ministério.	Tomada de Preço nº 13/2014	448/2014	01	03/12/2016
Parque Ambiental de Guamiranga, conforme Programa de apoio a projetos de infraestrutura	Tomada de Preço nº 14/2014	449/2014	01	03/12/2016

turística, referente ao Contrato 1011871-53/2013 e termo de compromisso nº 796378/2013-Pr					
Construção de uma Escola Municipal, com 12 salas de aula no Município de Guamiranga, referente ao Termo de Compromisso Par n 31462/2014		Concorrência 01/2014	439/2014		31/10/2016
Construção de casa de tratamento e es Contratação de empresa visando à construção de casa de tratamento e estrutura de caixa d' água, na localidade do Tigre		Tomada de Preço 05/2015	135/2015	02	03/03/2016
Execução de serviços de reforma e ampliação do CMEI - Centro Municipal de Educação Infantil Pingo de Ouro		Tomada de preço 08/2015	164/2015	02	11/05/2016
Execução de serviços de reforma e ampliação da Escola Rural Municipal de Barreiro.		Tomada de preço 10/2015	170/2015	02	27/04/2016
8	Obras e Serviços de Engenharia concluídos no exercício				
8.1	Procedimento licitatório e contrato	REGULAR			
8.2	Entrega do objeto do contrato	REGULAR			
Descrição das Obras		Modalidade Licitação	Nº. Contrato	Aditivo	Data Entrega
Ampliação do Posto de Saúde da localidade de Água Branca em 81,94 M2 em uma área existente de 239,25 M2		Convite Nº 09/2012	157/2012	04	14/08/2015
Ampliação Posto de Saúde de Manduri		Convite nº. 10/2012	158/2012	06	14/08/2015
Ampliação de edificação em alvenaria com área ampliada de 95,03m2, na localidade de		Convite nº. 10/2012	158/2012	06	14/08/2015

Guamirim.					
Ampliação da Unidade de Atenção Primária Saúde da Família	Convite nº. 11/2012	163/2012	06	14/08/2015	99.868,62
Ampliação do Posto de Saúde de Barreiro	Convite Nº 12/2012	162/2012	04	14/08/2015	50.585,00
Ampliação e reforma Escola Municipal Prof. Izelia M. Prates	Convite nº 15/2013	223/2013	02	03/07/2015	108.800,00
Ampliação Unidade de Saúde de Boa Vista	Tomada de Preço 01/2013	46/2013	04	14/08/2015	210.037,18
Construção Cancha de Bocha e Bolão	Tomada de Preço 03/2013	145/2013	03	14/08/2015	198.502,66
Acabamento e conclusão das Alas inferiores e garagem inferior da Unidade Municipal de Saúde	Tomada de Preço 05/2013	186/2013	05	23/03/2015	67.869,74
Posto de Saúde do Tigre	Tomada de Preço 06/2013	199/2013	03	14/08/2015	227.432,63
Construção de um Barracão Pré-moldado medindo 455,63 m ² , no parque Industrial, mat. 8.754	Convite 05/2014	380/2014		16/06/2015	45.107,37
Construção de 40 Fossas Sépticas com Sumidouro, no conjunto habitacional conforme Termo de Acordo e Compromisso nº 0822/TAC/2012	Tomada de preço 06/2014	404/2014	01	14/08/2015	100.110,94
Reforma da cobertura da Unidade de Atenção Básica a Saúde da Mulher e da Criança	Tomada de preço 06/2015	139/2015		02/11/2015	22.365,25
Pavimentação asfáltica em CBUQ, regularização e compactação de basa, pintura de ligação com emulsão RR1C, imprimação CM 30 (Araucária) e pintura de faixas com 2 (duas) demãos para conserto em Ruas do Município	Tomada de preço 04/2015	134/2015		02/12/2015	32.243,39
Pavimentação asfáltica em CBUQ, regularização e compactação de basa, pintura de ligação com emulsão RR1C, imprimação CM 30 (Araucária) e	Tomada de preço 04/2015	134/2015		02/11/2015	253.688,55

pintura de faixas com 2 (duas) demãos na Estrada Municipal de Boa Vista						
9	Compras e Serviços					
9.1	Procedimentos Licitatórios	REGULAR, foram registrados os seguintes processos no Mural de Licitações: Convite: 06 processos Tomada de Preços: 12 processos Leilão: 01 processo Pregão: 62 processos Inexigibilidade: 22 processos				
9.2	Dispensas de Licitação	REGULAR foram registradas 66 processos em 2015, onde todos foram informados no Mural de Licitações e de acordo com a Lei nº. 8666/93				
9.3	Contratos e Aditivos	REGULAR, todos foram executados de acordo com a Lei.				
9.4	Entrega do Objeto do Contrato	REGULAR, todos os objetos e serviços contratados foram entregues dentro dos prazos estabelecidos.				
10	Conselho de Controle Social do FUNDEB					
10.1	Ato de nomeação dos membros	REGULAR, Decreto nº. 548/2015, período de 23/03/2015 a 22/03/2017, publicado no DOEM edição nº. 479 em 23 de março de 2015. Decreto nº. 607/2015, altera a composição do Conselho, publicado no DOEM edição nº. 523 em 08 de junho de 2015.				
10.2	Composição (Número de membros e representação)	REGULAR, o referido Conselho possui 22 (vinte e dois) membros nomeados por meio do Decreto nº. 548/2015, período de 23/03/2015 a 22/03/2017, publicado no DOEM edição nº. 479 em 23 de março de 2015.				

		Decreto nº. 607/2015, altera a composição do Conselho, publicado no DOEM edição nº. 523 em 08 de junho de 2015.
10.3	Funcionamento – regularidade das reuniões	REGULAR ATA nº. 19 – 18/03/2015: Análise e parecer sobre a Prestação de contas do exercício de 2014, onde foram verificados os relatórios contábeis, receitas e despesas do Fundeb constatando estarem regular e Aprovando a Prestações de Contas de 2014. ATA nº. 20 – 26/03/2015: Constituição do Conselho Social do Fundeb para o período de 2015 a 2017. ATA nº. 21 – 17/03/2015: Retificação da Ata de Posse. ATA nº. 22 – 03/07/2015: Reunião para indicação dos representantes do Conselho Municipal de Educação. ATA nº. 23 – 18/02/2016: Análise e parecer sobre a Prestação de contas no site do SIGPC do FNDE referente ao PNATE (Transporte Escolar) de 2015 e sobre a Prestação de Contas do PEJA 2013, onde o Conselho deliberou pela regularidade das prestações de contas onde o parecer foi registrado no Sigcon-FNDE. ATA nº. 24 – 18/02/2015: Análise e parecer sobre a Prestação de contas do exercício de 2015, onde foram verificados os relatórios contábeis, receitas e despesas do Fundeb constatando estarem regular e Aprovando a Prestações de Contas de 2015.
10.4	Qualidade das Informações prestadas pela Administração	REGULAR, todas as informações necessárias para as análises e verificações foram disponibilizadas de forma clara e objetiva, onde, para cada reunião, é disponibilizado um representante do Executivo para prestar esclarecimentos e tirar dúvidas a respeito dos demonstrativos contábeis – RREO Anexo X, entre outros relatórios para melhor entendimento do Conselho do Fundeb.

10.5	Parecer do Conselho sobre as contas de 2015	REGULAR, o Conselho se reuniu na data de 18/02/2016, analisou, tirou duvidas sobre a efetivação das despesas e os sobre índices apurados, ao final deu parecer pela Regularidade da Prestação de Contas do Exercício.
10.6	Parecer do Conselho em relação à remuneração do magistério – aplicação de no mínimo 60% das receitas do FUNDEB no exercício de 2015	REGULAR, onde consta em Ata o referido parecer.
10.7	Parecer do Conselho em relação à aplicação no exercício de 2015 de no mínimo 95% dos recursos do FUNDEB	REGULAR, onde consta em Ata o referido parecer.
11	Conselho de saúde	
11.1	Ato de nomeação dos membros (indicar nº)	REGULAR, atualização de membros, Decreto nº. 243/2013, para o biênio 2013 a 2015, publicado no DOEM edição nº. 241 em 12 de dezembro de 2013. Decreto nº. 701/2015, para o quadriênio 2015 a 2019, publicado no DOEM edição nº. 560 de 21 de agosto de 2015.
11.2	Composição (Número de membros e representação)	REGULAR, o referido Conselho possui 24 (vinte e quatro) membros, Decreto nº. 701/2015, para o quadriênio 2015 a 2019, publicado no DOEM edição nº. 560 de 21 de agosto de 2015.

11.3	Funcionamento – regularidade das reuniões	REGULAR ATA nº. 130 – 14/05/2015: Apresentação das contas do 1º quadrimestre de 2015 e demais assuntos, onde após as análises foram aprovados os itens abordados no dia. ATA nº. 131 – 09/06/2015: Apresentação da X Conferência Municipal de Saúde onde foram abordados diversos itens de interesse da sociedade. Escolha e aprovação dos novos integrantes do Conselho Municipal de Saúde e assuntos diversos. ATA nº. 132 – 12/06/2015: Apresentação do Plano de aplicação do VIGIASUS onde o mesmo foi aprovado. ATA nº. 133 – 23/07/2015: Pauta – Readequação do descritivo do Plano de aplicação do VIGIASUS 2014-2015; Questionário do QualiConselho; Apresentação do Plano de aplicação do projeto de implantação e/ou implementação dos Núcleos de prevenção da violência e promoção da Saúde; posse do novo Conselho entre outros as quais foram todos aprovados. ATA nº. 134 – 13/08/2015: Apresentação e posse dos novos Conselheiros (2015-2019); Descritivo de aplicação dos recursos do incentivo à organização da assistência farmacêutica no Estado do Paraná, onde foram aprovados pelos conselheiros presentes. ATA nº. 135 – 08/10/2015: Audiência referente ao 2º quadrimestre de 2015 com apresentação de relatórios contábeis; apresentação do programa anual de saúde para 2016 entre outros, a qual foram todos aprovados. ATA nº. 136 – 30/10/2015: Situação atual do problema da dengue, metas e condução dos trabalhos para combate da mesma. ATA nº. 137 – 17/11/2015: Regimento Interno do Conselho de Saúde; Resolução da SESA nº. 463/2015; Dia D da dengue entre outros.
------	---	--

		ATA nº. 138 – 21/12/2015: Apresentação da Resolução da SESA nº. 604/2015 e assuntos diversos. ATA nº. 139 – 26/01/2016: Audiência referente ao 3º quadrimestre de 2015, com apresentação de relatórios contábeis e demais informações referente ao exercício de 2015 entre outros a qual foram todos aprovados. ATA nº. 140 – 23/03/2016: Apresentação do Relatório Anual de Gestão de 2015 e demais programas onde foi aprovado por unanimidade.
11.4	Qualidade das Informações prestadas pela Administração	REGULAR, todas as informações necessárias para as análises e verificações foram disponibilizadas de forma clara e objetiva, onde, para cada reunião, é disponibilizado um representante do Executivo para prestar esclarecimentos e tirar dúvidas a respeito dos demonstrativos contábeis – RREO Anexo XVI, entre outros relatórios para melhor entendimento do Conselho da Saúde.
11.5	Parecer do Conselho sobre as contas de 2015	REGULAR, o Conselho se reuniu e emitiu o parecer através da Resolução n. 01 de 26/01/2016 ressaltando pela Regularidade da Prestação de Contas do Exercício.
12	Comitê Municipal do Transporte Escolar	
12.1	Lei de criação (indicar nº)	REGULAR, Lei nº. 588/2011, publicado no DOEM edição nº. 08 em 23 de dezembro de 2011.
12.2	Ato de nomeação dos membros (indicar nº)	REGULAR, Decreto nº. 356/2014, período de 17/02/2014 a 16/02/2016, publicado no DOEM edição nº. 288 em 28 de fevereiro de 2014.
12.3	Parecer do Comitê em relação às competências	REGULAR, Ata nº. 11/2016 na data de 30/03/2016, onde foram analisados o acompanhamento, a execução e aplicação dos recursos, sendo o parecer final pela regularidade das contas.

	descritas no art. 17 da Resolução nº 777/2013-GS/SEED															
13	Gastos com Pessoal do Poder Executivo															
13.1	Apropriação contábil da Despesa	REGULAR, despesas apropriadas regularmente RCL: R\$ 18.441.292,96 Desp. Pessoal: R\$ 9.256.860,77														
13.2	Limite de Gastos	REGULAR: Índice apurado ao final do exercício: 50,20%														
13.3	Publicidade do RGF	REGULAR 1º Sem: 29/07/2015, edição do DOEM nº. 549 2º Sem: 29/01/2016, edição do DOEM nº. 642 Disponível em: http://www.publicacoesmunicipais.com.br/eatos/#guamiranga														
14	Divida Consolidada															
14.1	Apropriação contábil da Dívida	<table><tr><td colspan="2">REGULAR, o município tem apropriado de forma correta</td></tr><tr><td>Saldo Inicial</td><td>R\$ 940.373,88</td></tr><tr><td>Inscrição</td><td>R\$ 694.939,54</td></tr><tr><td>Baixa</td><td>-R\$ 1.001.030,42</td></tr><tr><td>Est Inscrição</td><td>-R\$ 0,00</td></tr><tr><td>Est Baixa</td><td>R\$ 0,00</td></tr><tr><td>Saldo Atual</td><td>R\$ 634.282,92</td></tr></table>	REGULAR, o município tem apropriado de forma correta		Saldo Inicial	R\$ 940.373,88	Inscrição	R\$ 694.939,54	Baixa	-R\$ 1.001.030,42	Est Inscrição	-R\$ 0,00	Est Baixa	R\$ 0,00	Saldo Atual	R\$ 634.282,92
REGULAR, o município tem apropriado de forma correta																
Saldo Inicial	R\$ 940.373,88															
Inscrição	R\$ 694.939,54															
Baixa	-R\$ 1.001.030,42															
Est Inscrição	-R\$ 0,00															
Est Baixa	R\$ 0,00															
Saldo Atual	R\$ 634.282,92															
14.2	Limite da Dívida Consolidada	REGULAR. RCL: R\$ 18.441.292,96 DCL: R\$ 634.282,92 Índice apurado: 3,44%														

14.3	Publicidade do RGF	REGULAR 1º Sem: 29/07/2015, edição do DOEM nº. 549 2º Sem: 29/01/2016, edição do DOEM nº. 642 Disponível em: http://www.publicacoesmunicipais.com.br/eatos/#guamiranga
15	Limites Constitucionais	
15.1	Efetividade das Despesas com o Ensino Fundamental	REGULAR Magistério: 63,49% MDE: 26,37%
15.2	Efetividade das Despesas com a Saúde	REGULAR Saúde: 25,08%
16	Sistema de Informações Municipais do Tribunal de Contas	
16.1	Fidelidade dos dados enviados ao Tribunal em relação aos registros da:	
16.1.1	- Contabilidade (Orçamentária, Financeira e Patrimonial)	REGULAR
16.1.2	- Diário da Contabilidade	REGULAR
16.1.3	- Arrecadação e o Diário de Arrecadação	REGULAR

16.1.4	- Tesouraria e o Diário de Tesouraria	REGULAR
16.1.5	- Licitações e Contratos	REGULAR
16.1.6	- Obras públicas	REGULAR
16.1.7	- Convênios e Auxílios Recebidos	REGULAR
16.1.8	- Subvenções e Auxílios Concedidos	REGULAR
16.1.9	- Lei de Responsabilidade Fiscal	REGULAR
16.1.10	- Informações Anuais	REGULAR
16.1.11	- Bens Patrimoniais em relação ao inventário	REGULAR

6. Considerações relevantes e medidas recomendadas

No exercício de 2015, foram realizadas verificações, Auditorias operacionais e inspeções a fim de analisar, avaliar e orientar os responsáveis na questão da execução dos trabalhos.

Foram verificadas algumas situações por amostragem a qual possibilitou identificar os pontos fortes e as deficiências que merecem maior atenção e empenho por parte da Entidade, e também proporcionou uma melhor avaliação e planejamento para o exercício de 2016.

No geral, todas as solicitações e verificações foram bem aceitas pela Entidade, a qual deu total apoio na condução dos trabalhos da Unidade de Controle Interno no exercício de 2015, onde possibilitou um planejamento objetivo para a condução dos trabalhos em 2016.

Guamiranga, 30 de março de 2016.



André Luís Gonçalves dos Santos
Coordenador da Unidade de Controle Interno



UCI - CONTROLE INTERNO DE GUAMIRANGA

Encaminhamento da Prestação de Contas para a Câmara Municipal

Foram encaminhados os documentos abaixo para a Câmara Municipal em **30/03/2016**, em atenção ao art. 49 da Lei Complementar nº. 101/00.

- Demonstrativo analítico, emitido pela tesouraria, dos saldos financeiros em caixa e bancos em 31/12/2015, inclusive das aplicações financeiras conforme totalização constante do Balanço Patrimonial.
- Demonstrativo das conciliações bancárias das contas em que o saldo contábil é divergente do saldo registrado na tesouraria.
- Todos os Anexos de Balanço previstos no art. 101 da Lei 4320/64, estruturado conforme as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP, estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP - STN) e NBC T 16.6, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), emitidos pelo sistema de contabilidade, em conjunto com os Anexos correspondentes emitidos pelo sistema SIM-AM do Tribunal de Contas, identificando-se os demonstrativos emitidos em cada sistema.
- Os Relatórios de Gestão Fiscal publicados durante o exercício de 2015, em conjunto com os mesmos demonstrativos emitidos pelo sistema SIM-AM do Tribunal de Contas, identificando-se os demonstrativos emitidos em cada sistema.
- Os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária publicados durante o exercício de 2015, em conjunto com os mesmos demonstrativos emitidos pelo sistema SIM-AM do Tribunal de Contas, identificando-se os demonstrativos emitidos em cada sistema.
- Cópia integral do processo de prestação de contas enviado ao Tribunal relativo ao exercício financeiro objeto deste relatório.

Guamiranga, 30 de março de 2016.

André L. Gonçalves dos Santos
Controle Interno



UCI - CONTROLE INTERNO DE GUAMIRANGA

PARECER DO DIRIGENTE DO CONTROLE INTERNO

AVALIAÇÃO DA GESTÃO

(PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL)

I.N. nº. 114/2016 – Modelo 03

Tendo em vista o trabalho de acompanhamento e fiscalização aplicado e conduzido por este Órgão de controle interno sobre os atos de gestão do exercício financeiro de 2015, do CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE GUAMIRANGA, em atendimento às determinações legais e regulamentares, e subsidiado no resultado consubstanciado no Relatório de Controle Interno que acompanha este Parecer, concluo pela REGULARIDADE da referida gestão, encontrando-se o processo em condição de ser submetido ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, levando-se o teor do referido Relatório e deste documento ao conhecimento do Responsável pela Administração.

A opinião supra não elide nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desenvolvidos, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar.

GUAMIRANGA, 30 de março de 2016.

André Luis Gonçalves dos Santos
Coordenador da Unidade de Controle Interno